



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVATERRA
RUA CEARENSE, S/N, CENTRO, SALVATERRA-PARÁ
CNPJ: 00.532.466/0001-38

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2023

INEXIGIBILIDADE nº 001/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA QUE FAZEM ENTRE SI, CÂMARA MUNICIPAL DE SALVATERRA E JOSELENE SILVA ELERES.

Pelo presente Contrato, a **CÂMARA MUNICIPAL DE SALVATERRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 05.532.466/0001-38, localizada na Rua Cearense s/n, Bairro Centro, Salvaterra-PA, CEP: 68.860-000, neste ato representado pelo Sr. Presidente da Câmara, **JOSE ROBERTO DA SILVA ANGELIN**, brasileiro, portador do CPF/MF nº 120.810.352-00, residente e domiciliado na Rua Quinta s/n, Centro, Salvaterra-PA, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **JOSELENE SILVA ELERES**, advogada, inscrito no CPF sob o nº 004.981.732-91, residente à Av. Tavares Bastos, 933 – Apto. 302/B, Bairro da Marambaia, na cidade de Belém, CEP 66615-005, no Estado do Pará, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam o presente contrato de prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Salvaterra, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui-se em objeto do presente instrumento a contratação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Salvaterra, em conformidade com o disposto no Processo Licitatório nº 001/2023 -- Modalidade: Inexigibilidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente Contrato é fundamentado no art. 25, *caput*, da Lei 8.666/93, sob a forma da modalidade de licitação - **Inexigibilidade**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – O valor global a ser pago pela prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira é de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), a serem pagos em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais),



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVATERRA
RUA CLARENSE, S/N, CENTRO, SALVATERRA-PARÁ
CNPJ: 00.532.466/0001-38

- 3.2 – O ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – será pago no município onde se localiza o ora contratado, conforme preceitua a Lei Complementar nº 116/2003;
- 3.3 – O pagamento dos tributos Federais será de inteira responsabilidade do escritório ora contratado;
- 3.4 – O pagamento deverá ser efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente aos serviços prestados, devendo a **CONTRATADA** emitir recibo pormenorizando os atos praticados e individualizando os valores cobrados por ato;
- 3.5 – Após o prazo de pagamento será cobrada multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos recursos orçamentários da contratante no exercício financeiro do ano de 2018 dentro da seguinte Classificação:

Projeto/Atividade: 2.001
Elemento de Despesa: 3.3.90.35.00 – Serviços de consultoria.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato inicia-se em 13/01/2023 e sua vigência até o dia 31/12/2023.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DE CONTRATANTE E CONTRATADO

6.1 - Compete à Contratada:

6.1.1 - Efetivar os serviços contratados, sempre que requeridos pelos prepostos da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RENOVAÇÃO

7.1 - Apenas por termo aditivo expresso poderá ser renovado o presente contrato. O termo aditivo, além da prorrogação do prazo de contratação, poderá dispor, também, acerca de reajuste do valor ora contratado, acumulado anualmente;

7.2 - A renovação contratual pela Câmara de Salvaterra por intermédio de Termo Aditivo, está amparado no Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVATERRA
RUA CEARENSE, S/N, CENTRO, SALVATERRA-PARÁ
CNPJ: 00.532.466/0001-38

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

8.1 - O presente contrato poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo, *com as devidas justificativas*, nos seguintes casos:

8.1.1 - Unilateralmente pela Contratante, quando interesse público superior assim reclame;

8.1.2 - Por acordo das partes, quando necessária a modificação do regime da execução dos serviços

8.2 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicará a revisão deste para mais ou para menos conforme o caso;

8.3 - Em havendo a alteração unilateral deste contrato que aumente os encargos do contratado, a contratante deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O não cumprimento das obrigações contratuais, sem prejuízo de qualquer outra prevista em lei, por parte do Contratado, é considerada como de natureza grave, acarretando a rescisão contratual, com a imediata satisfação dos consectários contratuais e legais;

9.2 - As partes poderão a qualquer tempo rescindir o presente contrato, devendo haver a comunicação com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES: CONTRATANTE e CONTRATADO

10.1 - Obrigam-se a respeitar o presente contrato em todas as suas cláusulas e condições, incorrendo a parte que infringir qualquer disposição contratual ou legal, em multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do presente contrato, a ser paga integralmente, independente do tempo contratual decorrido;

10.2 - O pagamento da multa não obsta a rescisão do contrato pela parte inocente, caso lhe convier;

10.3 - Fica estipulado entre as partes contratantes que o valor da cláusula penal será reajustado automaticamente sempre que ocorrer alteração do valor mensal ora contratado, respeitada a proporcionalidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVATERRA
RUA CEARENSE, S/N, CENTRO, SALVATERRA-PARÁ
CNPJ: 00.532.466/0001-38

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente Contrato, de responsabilidade da Câmara Municipal de Salvaterra, deverá ser feita, no quadro de avisos do Poder Legislativo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Salvaterra/PA, para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno e inteiro acordo com os termos do presente, assinam em 03 (três) vias de idêntico teor, forma e finalidade, na presença de duas testemunhas.

Salvaterra/PA, 13 de janeiro de 2023.

JOSE ROBERTO DA SILVA ANGELIN
Presidente da Câmara Municipal de Salvaterra
CONTRATANTE

JOSELENE SILVA ELERES
CONTRATADA